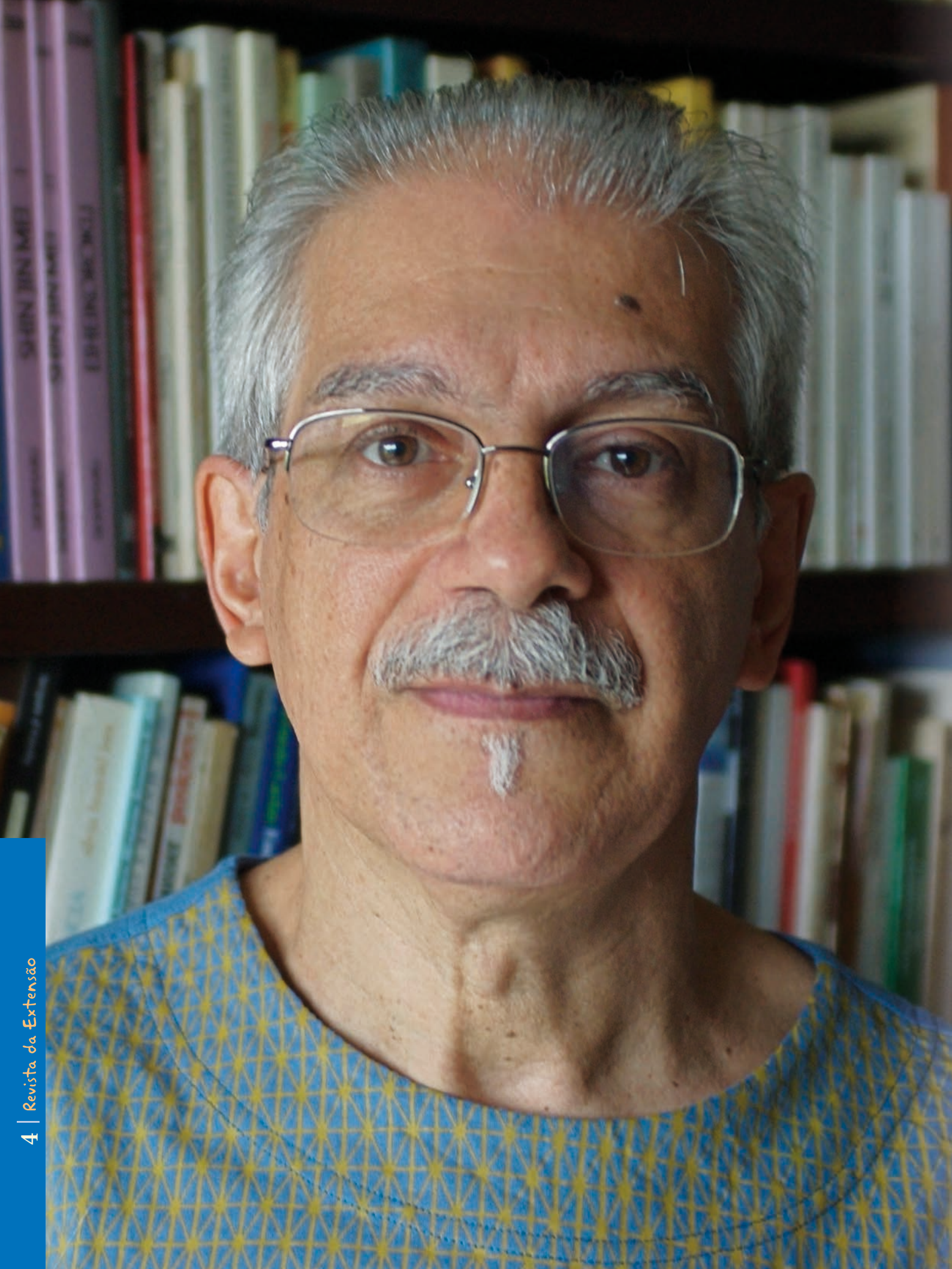

Entrevista com
José Jorge de Carvalho

Entrevista: Vicente Fonseca
Fotos: Divulgação

Revista da Extensão: De acordo com o pró-reitor de Extensão da UFRGS em 2004, Fernando Meirelles, sua fala marcou a primeira vez em que se debateu sobre cotas na UFRGS. Como foi a recepção a este debate na época, por se tratar de um tema novo para a comunidade universitária?

José Jorge de Carvalho: Rememorando, considero que a recepção àquela palestra foi extremamente positiva, a julgar pela longa lista de pessoas que se pronunciaram, entusiasmadas, durante o debate. Eu não sabia se o tema das cotas seria bem recebido, mas o Professor Meirelles, ao convidar-me, devia ter captado uma expectativa que surgiu em praticamente todas as universidades federais naquela época, provocada em boa medida pela aprovação das cotas na UnB em junho de 2003: se uma federal tinha aprovado cotas para negros e indígenas, cada uma das demais teria então que decidir se seguiria ou não o rumo que adotamos aqui em Brasília. E naquele momento, a reação contra as cotas era muito forte entre os professores, inclusive entre os que se viam como progressistas pois, para muitos deles, a necessidade de cotas parecia decretar a falência da proposta de universalização do ensino público.

Meirelles conduziu o debate com equilíbrio, acolhendo a diversidade de posições do público sobre o tema. Estrategicamente, o título da minha palestra não indicava a necessidade de discorrer sobre as cotas: "A Prática da Extensão como uma Ampliação dos Saberes Não-Ocidentais na Universidade." Contudo, o clima acolhedor facilitou a colocação dos argumentos em favor das cotas e das principais objeções contrárias sem excessos de polarização, que surgiram mais adiante em outros eventos na UFRGS de que participei. A impressão final foi a de que o tema seria encaminhado para discussão na universidade e algum dia submetido à deliberação do Conselho Universitário. Os indícios dessa reação positiva à palestra no Salão, pelo que pude perceber, foram pelo menos dois: o primeiro foi o convite para o seminário "Valorizando a Diversidade: Implementando as Ações Afirmativas na Educação", durante o Fórum Mundial de Educação, com a presença da então Reitora Wrana Panizzi no dia 30 de julho do mesmo ano, dois meses apenas após a abertura do debate no Salão de Extensão. O título da minha conferência em julho foi mais explícito "As ações afirmativas como forma de combater o racismo acadêmico". A fala da Reitora, ainda que pautada por uma compreensível discrição em relação às suas convicções pessoais acerca do tema, reiterou a disposição da UFRGS para discutir o sistema de cotas. O segundo indício foi a movimentação dos estudantes, professores e servidores que constituíram o Grupo de Ações Afirmativas da UFRGS no ano seguinte.

Anterior ao tema das cotas, coloquei na palestra a questão da "crise da academia eurocêntrica", incapaz ou resistente a incluir os saberes dos nossos povos e comunidades tradicionais, como os negros, indígenas, quilombolas, entre outros. Ao tocar esse tema, abri, também pela primeira vez, o segundo movimento que passamos a

desenvolver em 2010 a partir do INCT de Inclusão: o Encontro de Saberes, que pode ser considerado como cotas epistêmicas. Ou seja, propusemos as cotas antirracistas para os jovens negros e indígenas, e as cotas epistêmicas para incluir na docência os mestres e mestras dos saberes tradicionais indígenas, afro-brasileiros, das culturas populares, etc. Visto em retrospectiva, o título escolhido por Fernando Meirelles foi deveras premonitório, pois esbocei a primeira proposta concreta de inclusão dos mestres de saberes não-ocidentais nas universidades somente em dezembro de 2004, após aquele memorável evento na UFRGS. Além disso, é motivo de muita alegria poder mencionar, agora, que a UFRGS faz parte, desde 2015, da rede de universidades que já implementaram o Encontro de Saberes, e sempre com grande sucesso.

Revista da Extensão: Passados 15 anos daquele seminário, como o senhor se sente diante do pioneirismo que o seu debate trouxe para a Universidade?

José Jorge de Carvalho: 15 anos depois, admito o inegável pioneirismo daquele debate e acredito que ele aponta para um espírito de época: um modelo de universidade segregada étnica e racialmente que vigia na UFRGS até 2004 (como vigia também na UnB, em 1999, quando iniciamos a campanha das cotas), foi questionado através de uma iniciativa da sua própria administração, e uma cunha foi aberta naquela porta historicamente trancada para os negros e os indígenas. Essa longa história de luta pelas cotas reitera o pioneirismo da Extensão, contraposto, conforme discutimos naquela ocasião, por um silêncio cauteloso das Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação com relação ao tema.

Revista da Extensão: A Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, através do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), produz eventos como a Semana da África na UFRGS, além de trabalhar em várias outras ações de combate ao racismo. Qual a importância da extensão universitária nesta luta, especialmente no cenário atual, no qual seu papel na sociedade tem sido fortemente atacado pelo novo governo federal?

José Jorge de Carvalho: A Extensão carrega a vocação de ser um espaço de vanguarda, porque ousa dialogar mais de perto, mais intensamente e com maior compromisso e engajamento, inclusive, com a sociedade em toda a sua diversidade. Não por acaso, as propostas de superação do nosso eurocentrismo extremo e da colonização epistêmica das nossas universidades costumam surgir dos projetos de Extensão. A Semana da África é um grande exemplo e aponta para a necessidade de uma revisão radical dos projetos curriculares de praticamente todos os nossos cursos e de inúmeras disciplinas nas áreas de Humanidades, Artes, Letras, Educação, Arquitetura, Saúde, Ciências Agrárias, entre tantas outras. Por outro lado, o combate ao racismo acadêmico deve ser tarefa nossa prioritária, pois o racismo da sociedade irradia para o interior dos campi universitários, e as ações antirracistas como estas promovidas pela Extensão podem não somente neutralizar o racismo intracampus, mas também irradiar o antirracismo de volta para a sociedade. Em suma, um ambiente universitário menos racista contribui para uma maior consciência da importância do combate ao racismo na sociedade como um todo.

O antirracismo pode ser considerado como emblemático do papel da Extensão de vincular a universidade, como instituição do Estado, com a sociedade. Ela não somente é um emblema como também um termômetro da capacidade e interesse do Estado em ouvir e atender às demandas colocadas pelas comunidades. Cabe à Extensão, no seu papel de vanguarda da promoção da diversidade nos claustros acadêmicos, resistir aos ataques do governo e ser fiel ao seu compromisso com os dois polos por onde transita o saber acadêmico: o Estado e a sociedade. A África é o continente negado no Brasil, pois falar da África significa encarar nossa

dívida histórica pela escravidão, e nossa academia ainda foge de discutir o tema inevitável e cada vez menos inadiável das alternativas e modelos de reparação. A Semana da África deve ser um evento de Extensão generalizado no Brasil até que cheguemos a um Plano de Metas Geral de Reparação pelos danos da escravidão, incluindo sistema de cotas na Pós-graduação, na docência, nas carreiras de pesquisa, nos cargos de representação política e em todos as demais áreas da sociedade até alcançarmos a igualdade racial plena.

Revista da Extensão: Qual a importância de uma universidade federal brasileira comemorar duas décadas de difusão de sua extensão em um evento, considerando o cenário atual?

José Jorge de Carvalho: Se o termo agregador de 2004 podia ser "incluir", tendo como "cotas" o significante mestre da cadeia de significantes da luta pela inclusão, o termo agregador do presente é inegavelmente "resistir" e o significante mestre da atual mobilização em defesa das universidades pode ser "ensino público". Comemorar duas décadas de Extensão é colocar em circulação a

memória da inclusão pelas cotas; e ao disseminar essa história positiva, ampliamos a consciência da capacidade da universidade de formular respostas e soluções para problemas e crises acumuladas pela ausência de um pacto social minimamente justo e igualitário desde a fundação da nossa República.

Comemorar duas décadas do trabalho de Extensão significa renovar o propósito de atuar continuamente em pelo menos três frentes: a) acolher os excluídos do nosso mundo acadêmico secularmente elitista e racista (negros, indígenas, quilombolas, pobres, entre outros); b) transmitir o saber acadêmico para as comunidades através de projetos e práticas extensionistas colaborativas e participativas; c) trazer os mestres e mestras dos saberes tradicionais para ensinar em disciplinas regulares através do Encontro de Saberes.

Hoje, mais do que nunca, é necessário reafirmar este compromisso de uma universidade pública disposta a escutar as carências e urgências de uma sociedade que luta, desde seus primórdios e sempre com dolorosos retrocessos, para construir igualdade social, racial e cidadania para todos.

Revista da Extensão: Recentemente, após o assassinato do negro norte-americano George Floyd por policiais brancos, a bandeira do antirracismo parece ter entrado em evidência como há muito tempo não víamos, em vários países do mundo. Como o senhor vê este movimento? Ele pode se tornar um marco importante na luta contra o racismo aqui no Brasil?

José Jorge de Carvalho: Acredito que um impacto considerável ocorreu logo após a onda de protestos iniciada nos Estados Unidos e da sua repercussão internacional. Certamente vem crescendo nos últimos meses no Brasil o número de debates públicos com participação significativa de negros e negras intelectuais. Quanto à sua continuidade, obviamente não disponho de elementos para prever, porém acredito que protestos a partir de incidentes dramáticos crescem mais naquelas sociedades que já haviam feito um trabalho prévio de conscientização, crítica e mobilização. A derrocada das estátuas de escravistas, por exemplo, pode se conectar com a luta pela implementação da Lei 10.639, por exemplo, que demanda uma releitura da narrativa histórica racista que é ensinada ainda hoje nas nossas escolas e universidades. Tivemos essa discussão há uns oitos anos atrás a propósito da distribuição nas escolas do livro *Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato. Se aquele questionamento tivesse surgido agora, sua repercussão pública seria muito maior do que naquele momento.

Por outro lado, acredito que o assassinato de George Floyd fez intensificar a luta pelo fim da violência policial contra a população negra (principalmente jovem) no Brasil, certamente um dos sintomas mais grotescos da patologia social do racismo brasileiro. Um sinal que pode fortalecer a nossa luta antirracista é uma atitude nova, que antes não existia, mas que começa a aparecer, de perceber a violência racial brasileira como expressão de uma atitude de governo, dado o discurso racista explícito de suas lideranças. Na medida em que o racismo deixa de ser visto como uma série de incidentes sociais difusos e vai assumindo uma feição política, de regime mesmo – como ocorreu na África do Sul na época do *apartheid*, e nos Estados Unidos durante os direitos civis e atualmente como um signo da era Trump -, a luta antirracista no Brasil vai assumindo contornos de luta contra o fascismo e pela implementação de um estado de direito que jamais alcançamos plenamente. E neste sentido, ela tem condições de crescer mais amplamente entre os brancos preocupados com o futuro da nação, para que seja democrática e com direitos iguais para todos. É possível, assim, que a violência racista tenha se tornado mais visível no Brasil ultimamente, e a reverberação do assassinato de George Floyd expressou nitidamente essa tendência.

Revista da Extensão: Caso o senhor tenha mais alguma consideração a respeito da temática

ou de sua participação no Salão de 2004, fique à vontade. Se houve alguma história curiosa que o senhor lembra a respeito do evento, é bem-vinda para ser contada em nossa publicação!

José Jorge de Carvalho: A maior dádiva, para mim, daquela ida ao Salão foi a oportunidade de construir uma longa e contínua relação de colaboração e amizade com a comunidade da UFRGS, que sempre me recebeu, durante todos esses anos, com muito carinho e fazendo-me sentir em casa.

Enumero algumas participações relacionadas com o evento da Extensão.

Aproveitando a ida ao Fórum Mundial de julho de 2004, fui convidado pela Professora Wrana para falar sobre as cotas para os Pró-reitores e membros do Conselho Universitário, sob a condução do Professor Carlos Alexandre, em um evento fechado onde também estiveram presentes a professora Renita Klusener e os professores José Carlos dos Anjos e Otávio Catafesto. Ainda naquela ocasião, dei a aula inaugural do Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares, coordenado por Enilza Garcia, na Faculdade de Educação da UFRGS. Em dezembro de 2005 lancei meu livro *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*, no Auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, sob a condução do Ex-Reitor José Carlos Henemann. Fiz também várias reuniões inspiradas com o GT de Ações Afirmativa da UFRGS, desde o seu início: com Luanda Sito, Tatiana Rodrigues, Junara Nascentes, Laura López, Lúcio Centeno, sob a liderança do Professor José Carlos dos Anjos; mais reuniões e trocas com Rita Camisolão, José Antonio dos Santos, Edilson Nabarro, Sinara Robin e a Professora Denise Jardim. Fiz também palestra sobre as cotas no Departamento de Antropologia, e anos depois uma aula inaugural da Psicologia. Acompanhando o crescimento dos estudantes do GT de Ações Afirmativas, tive a grata oportunidade ainda de ser membro das bancas de Doutorado de Laura López na Antropologia da UFRGS sobre ações afirmativas e de Luanda Sito na Linguística Aplicada da Unicamp, dedicada a uma análise dos primeiros TCCs dos estudantes cotistas indígenas da UFRGS. Fizemos, em 2011, uma reunião com toda a gestão da UFRGS (incluindo a Professora Valquíria Bassani, além dos já mencionados), com pesquisadores do INCT de Inclusão da UnB, da UFPR e da UFSC, para uma avaliação comparativa da implementação das cotas em nossas respectivas universidades. A convite da Professora Sandra de Deus, participei do 5º. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária em 2011, quando falei sobre as cotas e a extensão; e do Salão de Extensão da UFRGS de 2014, quando falei de Encontro de Saberes e Extensão.

E após concluir a longa parceria em prol das cotas na UFRGS, a disciplina Encontro de Saberes foi aberta na UFRGS pelo(a)s colegas Ana Tettamanzi, Marília Stein, Luciana Prass, Beth Lucas e José Carlos dos Anjos, entre outros. Assim, tenho o privilégio e a felicidade de projetar a realização, tanto na UnB como na URFGS, do binômio cotas-Encontro de Saberes. São estas as duas políticas de inclusão que sintetizam a minha concepção do tipo de transformação que é preciso realizar nas nossas universidades para que elas reflitam plenamente a diversidade étnica, racial, de classe, cultural e epistêmica da nossa sociedade. E estas duas políticas, hoje motivo de orgulho para todos nós, foram debatidas no inspirado seminário do Salão de Extensão de 2004.

Finalmente, como uma evidência recente do histórico protagonismo político da Extensão, participei de um debate do DEDS no dia 30 de junho passado, a convite de Rita Camisolão, junto com Bruno Ferreira Kaingang e Enrico Rodrigues de Freitas e tendo como mediadora a Professora Luciana Mello, para discutir uma proposta de cotas para todos os programas de Pós-Graduação da UFRGS. Após as cotas na graduação e o Encontro de Saberes, é a PROREXT que se apresenta também na luta pelas cotas na Pós. ◄